

Fundo que alimenta o setor está ameaçado



Apelo à opinião pública vira arma na briga entre telefonia e **Ancine**

Cristina Padiglione

De um lado, a indústria da telefonia móvel, que conquistou naJus-tiça o direito de suspender o Condecine, verba repassada ao gover-no para abastecer a produção do Audiovisual brasileiro, alega alta carga tributária e o inevitável repasse desses custos ao consumi-dor, que já "não suporta mais" pagar tantos impostos. De outro, a Agência Nacional de Cinema (Ancine) e

uma série de entida-des que dependem desse dinhei-ro (cerca de R\$1 bilhão por ano) para produzir filmes, **Documentários**, séries de TV e web, elen-cam os méritos do **Audiovisual** brasileiro nas bilheterias e em prêmios internacionais. Some a isso uma lista de quase 150 artistas, repudiando a ação movidape-las teles, por meio do SindiTele-brasil, sindicato patronal da Tele-brasil, associação de empresas de telefonia móvel.

Personagens de bastidores, siglas e legislações de um cenário que o público não vê a olho nu colocam agora o cidadão co-mum no centro de uma disputa judicial que pode retardar o crescimento da produção Audiovisual no País. Vale tudo para mobilizar a opinião pública, desde ameaças de aumento de impostos e retração dos serviços de te-lefonia móvel ao orgulho de ver o seu país em uma disputa ao Oscar -O Menino e o Mundo, finalis-ta do ano em Animação, tem si-do o cartaz exibido pela Ancine sobre o bom uso dos recursos provenientes do Condecine.

A Ancine e a Advocacia Geral da União estão recorrendo na Justiça contra aliminar concedida ao SindiTelebrasil pelo juiz Itagiba Catta Preta Neto, na 4a Vara de Brasília. Há urgência no andamento do caso, já que o depósito deste ano para o setor do Audiovisual estava previsto para ocorrer em 31 de março. Disso depende o andamento, ou retardamento, da produção audiovi-sual para os próximos anos, visto que os projetos são planeja-dos para longos prazos. A Tele-brasil é formada por empresas como Vivo/Telefônica, Claro, Tim, Oi e outras.

Embora boa parte da lista de artistas e diretores, produtores e roteiristas que endossam o abaixoassinado repudiando a ação da SindiTelebrasil





sobrevi-va de serviços prestados à Glo-bo, a maioria está envolvida em trabalhos que usufruem do Con-decine. Ali estão nomes como Fernanda Montenegro, Adriana Esteves, Cauã Reymond, Dira Paes, Fábio Porchat, Glória Pi-res, Leandro Hassum, Lá zaro Ramos, Marieta Severo, Miguel Fa-labella, Patrícia Pilar, Rodrigo Santoro, Wagner Moura, Guel Armes, Alê Abreu, Cao Hambur-ger, Cacá Diegues, Fernando Meirelles, Hector Babenco e Walter Lima Jr., entre outros.

"A solidificação do setor au-diovisual brasileiro resultou em grandes e crescentes índices de bilheteria no cinema e a previ-são de 2016 como seu melhor ano em todos os tempos", diz o texto, endossado ainda por entidades como a Associação Brasi-leira de Produtoras Independen-tes (ABPITV). "No mercado internacional, o Audiovisual con-quistou maior prestígio, corno a indicação de uma animação na-cional ao Oscar, as recentes pre-miações de séries brasileiras no Emmy, além dos trêsfilmes sele-cionados no Festival de Berlim."

Paralelamente às operações nos tribunais, Telebrasil e enti-dades representativas do audio-visual também têm dialogado. Há unia conta a ser equacionada nessa questão: segundo a Tele-brasil, apenas 47% da verba do Condecine tem de fato sido usada na produção do Audiovisual. E, embora apoiem as iniciativas da Ancine, muitos produtores se queixam da morosidade na ava-liação e repasse do dinheiro em projetos aprovados.

Em comunicados à imprensa, a Telebrasil diz que "não se justifi-ca que as prestadoras de serviços de telecomunicações recolham uma contribuição destinada ao fo-mento da indústria **Audiovisual**." As teles, no entanto, concordaram em pagar essa taxa em 2010, por ocasião da aprovação da lei 12.485, que regulamenta o setor de TVpaga. Em troca, elas

ganha-riam lugar nessa festa, passando também a operar a distribuição de pacotes de **TV por assinatura** - até então, Vivo, Oi e Claro não tinham espaço nesse negócio.

Ocorre que o Condecine, que não deveria representar aumen-to de carga tributária para as teles, ganhou mais peso no cofre das empresas de telefonia, que agora aproveitam a exposição do assunto para exibir sua contrariedade com as cifras pagas ao go-verno, de modo geral. Queixam-se de pagar muitos tributos e receberem poucos investimentos da União na área da telefonia E somam àconta de gastos o recen-te fim da lei que desonerava smartphones, agora taxados em 11,75% a título de PIX/Cofins.

Segundo a Telebrasil, o setor deixou R\$ 60 bilhões para os cofres públicos no ano passado. Dessa soma, R\$ 9 bilhões foram desti-nados a fundos setoriais de telecomunicações, incluindo os R\$ 946 milhões do Condecine. Do outro lado, Ancine e produtores do au-diovisual lembram que isso representa apenas 0,4% do faturamento bruto do setor de telecomunicações. A Telebrasil rebate, lembrando que a conta bruta não reflete o peso da taxa: em 2014, a Condecine representou, segundo o setor, 25% de seus lucros.

PARA ENTENDER

Por que acordo foi rompido?

1. Em 2010, as teles defenderam a aprovação do novo marco da TV paga para entrarem no mercado de TV por assina-tura. Por isso, aceitaram a proposta da **Ancine**, de redirecionar parte do que já pagavam de Fistel (taxa de fiscalização das telecomunicações) para a Condecine, que ajudaria a abastecer a demanda dos canais para o cumprimento das cotas de produção nacional exigidas na nova lei. Assim, as teles não seriam oneradas em





mais tributos.

- 2. Em outubro de 2015, o Condecine sofreu um reajuste de 28,5%, o que significou um impacto de R\$ 200 milhões para as teles, que tinham, desde 2011, a compreensão de um acordo tácito de que não haveria aumento tributário.
- 3. As teles alegam na ação que a verba repassada ao Condecine não lhes é revertida em qualquer beneficio. A **Ancine** e entidades do setor contestam. Alegam que a produção nacional incentiva o consumo de serviços de TV e internet nos aparelhos móveis.